ACÓRDÃO DA 2ª CAMARA	**:**	**AC02-G.MJMS-587/2015**
PROCESSO TC/MS	**:**	TC/16697/2013
PROTOCOLO	**:**	1449286
ÓRGÃO	**:**	SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
RESPONSÁVEL	**:**	MARIA NILENE BADECA DA COSTA
CARGO DO RESPONSÁVEL	**:**	SECRETÁRIA
ASSUNTO DO PROCESSO	**:**	ORDEM CONTRATAÇÃO N° 183/2013
RELATORA	**:**	CONS. MARISA JOAQUINA MONTEIRO SERRANO

I – EMENTA

PROCESSO LICITATÓRIO. PREGÃO PRESENCIAL. AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS. FORMALIZAÇÃO DA ORDEM DE CONTRATAÇÃO. REGULAR E LEGAL.

II – RELATÓRIO DA MATÉRIA

Tratam os autos da Ordem de Contratação n. 183/2013 celebrado entre a Secretaria de Estado de Educação e a empresa Mov Flex Ind Móveis Com LTDA, decorrente do resultado do Procedimento Licitatório na modalidade Pregão Presencial n. 002/2013.

O Procedimento Licitatório teve sua formalização na modalidade de Pregão Presencial n.º 002/2013, tendo originado a Ata de Registro de Preços n° 046/2013, sendo autuado nessa Corte de Contas por meio do Processo **TC/MS n° 9874/2013**, tendo sido julgado através da Decisão Singular **DSG-G.JRPC-7686/2013**, pela regularidade e legalidade, estando anexa a esta análise.

Analisa-se neste momento a Formalização da Ordem de Contratação, nos termos do Artigo 120, inciso II, da Resolução Normativa n. 76/2013.

A 6ª Inspetoria de Controle Externo em Análise se manifestou no sentido de que os documentos apresentados satisfazem as exigências legais pertinentes ao pactuado, que a Ordem de Contratação atende as disposições elencadas do Art. 55, da Lei

Federal n. 8.666/93 e conclui pela regularidade e legalidade da Ordem de Contratação n. 183/2013.

Ato seguinte os autos foram encaminhados ao Ministério Público de Contas que em parecer opinou pela regularidade e legalidade da formalização da Ordem de Contratação n. 183/2013.

III – DO VOTO

Depreende-se da leitura dos autos que a Equipe Técnica e o Ministério Público de Contas corroboram seus entendimentos pela regularidade e legalidade da Formalização da Ordem de Contratação (2ª fase).

Analisando detidamente os autos, tem-se que assiste razão a manifestações exaradas pelos Órgãos Técnicos, posto que não vislumbro nos autos qualquer irregularidade, compactuo, assim, com tais entendimentos.

Nessas condições, considerando que foram atendidas as exigências contidas na Lei nº 8.666/93, bem como as normas regimentais estabelecidas por esta Corte de Contas, concluo que a Formalização da Ordem de Contratação merece aprovação desta Corte de Contas.

IV – A DECISÃO

VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos, na 5ª Sessão Ordinária da **2ª Câmara do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul**, proferida no dia 14 de abril de 2015, em conformidade com a ata de julgamento, por unanimidade de votos e acolhendo o parecer do Ministério Público de Contas, **ACORDAM,** os Senhores Conselheiros, nos termos do relatório e voto da Conselheira Relatora em:

1) Declarar **REGULAR e LEGAL** a Formalização da Ordem de Contratação n. 183/2013 (2ª fase) nos termos do Artigo 59, inciso I, da Lei Complementar n. 160/2012 Artigo 120, inciso II, da Resolução Normativa 76/2013;

2) Comunicar o resultado do julgamento às Autoridades Administrativas competentes, com base no artigo 50 da Lei Complementar n. 160/2012;

3) Após o julgamento, retornem os Autos à Equipe Técnica 6ª ICE, com vistas a apurar os atos praticados no decorrer da execução financeira.

V – Sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Iran Coelho das Neves. Participaram do julgamento, Excelentíssimo Senhor Conselheiro Osmar Domingues Jeronymo. Presente o Representante do Ministério Público de Contas Excelentíssimo Senhor Procurador de Contas Dr. João Antônio de Oliveira Martins Júnior.

Campo Grande – MS, 24 de abril de 2015.

Conselheira Marisa Serrano
Relatora

mmm